



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

São Paulo, 24 de abril de 2025

POR AVANÇOS CONCRETOS EM ENERGIAS DE BAIXO CARBONO PELA DIRETORIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DA PETROBRÁS

Nós, representantes da Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia, articulação nacional que reúne dezenas de organizações de trabalhadores do petróleo, energia elétrica, educação, saneamento, agricultura camponesa e atingidos e atingidas por barragens e desastres climáticos, manifestamos por meio da presente carta nosso descontentamento com a falta de avanços significativos em projetos da Petrobrás voltados para a promoção de energias de baixo carbono.

O governo brasileiro tem se esforçado para assumir um papel de liderança na agenda global de sustentabilidade, promovendo a transição energética em fóruns internacionais, como a COP e o G20. Nesse contexto, tem realizado avanços significativos na formulação de políticas públicas e na criação de um arcabouço legal que fomenta essa transição.

A Petrobrás, como um ator estratégico e uma das maiores empresas do país, possui o capital e a expertise indispensáveis para liderar o desenvolvimento de novas rotas tecnológicas que visem à descarbonização do setor produtivo e à promoção da neointustrialização no Brasil.

É imprescindível que a Petrobrás, e sua Diretoria de Transição Energética, intensifiquem seus esforços para alinhar-se a essa agenda vital, garantindo um futuro justo, sustentável e competitivo para o Brasil. Para isso é fundamental um projeto estratégico alinhado ao programa de governo Lula e, principalmente, às suas bases sociais.

Em 2024, a Petrobrás investiu US\$ 426 milhões no segmento de "Gás e Energias de Baixo Carbono", 85,2% dos US\$ 500 milhões previstos para aquele ano no seu Plano Estratégico 2024-28+. Ou seja, quase US\$ 75 milhões deixaram de ser investidos só em 2024.



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

Além disso, no referido ano, os investimentos da área se concentraram no gás natural que, embora sejam fundamentais para descarbonizar alguns setores industriais e do transporte, não representam avanços na ampliação de fontes de energia limpa e renovável. Em nosso entendimento, esse é um sintoma de que a Petrobrás não está priorizando o desenvolvimento de iniciativas que a transformem em uma empresa de energia diversificada.

Mais recentemente, reconhecemos que mudanças foram feitas no sentido de reforçar os investimentos na área e atribuir um papel mais relevante às energias renováveis pela companhia. Resultado disso foi a destinação de US\$ 16,3 bilhões no PE 2025-2029 para a transição energética, focado em três áreas principais: descarbonização, diversificação e PD&I, um crescimento de 22,2% em relação ao PE 2024-2028. Na descarbonização, estão previstos US\$ 5,3 bilhões em iniciativas voltadas à mitigação de emissões. Na diversificação, o plano prevê US\$ 5,7 bilhões destinados a energias de baixo carbono e US\$ 4,3 bilhões em bioprodutos, com foco especial no etanol. Já na área de PD&I, o plano aloca US\$ 1 bilhão. Medidas importantes foram realizadas, como a retirada da PBIO da carteira de desinvestimentos e os sinais de avanços no diálogo para projetos na área de biocombustíveis e hidrogênio verde. Todavia, isso ainda não é suficiente: apesar dos avanços, segundo Agência Internacional de Energia (IEA), os investimentos necessários das petroleiras para a transição energética em energias limpas deveriam ser de, pelo menos, 40%, bem acima dos 15% previsto pelo Plano Estratégico da Petrobrás 2025-2029.

Celebramos a criação da diretoria de transição energética da Petrobrás como um passo importante, sinalizando que esse tema seria tratado como prioridade. É urgente que as iniciativas dessa diretoria sejam implementadas com mais celeridade e compromisso, demonstrando que a transição energética é uma prioridade real na agenda da Petrobrás. Além disso, tal diretoria deve aprimorar o diálogo com os setores sociais envolvidos neste tema e assegurar a participação popular neste setor estratégico nacional, quesito tão valorizado no programa do atual governo federal.

Faltam sinais mais claros de que a empresa está aproveitando seu potencial para desenvolver os setores industriais do futuro. Esses setores são essenciais para reduzir as



Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

emissões de carbono e garantir uma transição energética justa para a sociedade e para os trabalhadores brasileiros.

A Petrobrás foi criada há 72 anos para ser um instrumento do desenvolvimento nacional e para garantir o abastecimento interno. A diretoria de transição energética precisa estar sintonizada com esse desafio histórico e com o tempo presente e, assim, posicionar a empresa como uma importante locomotiva da nova indústria nacional e contribuir para que a população tenha acesso à energia limpa, a preços acessíveis, com responsabilidade social e ambiental para todos os brasileiros e brasileiras.

Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

FUP - Federação Única dos Petroleiros (Sindipetro AM; Sindipetro CE/PI; Sindipetro RN; Sindipetro PE; Químicos e Petroleiros da BA; Sindipetro MG; Sindipetro ES; Sindipetro Caxias; Sindipetro NF; Sindipetro Unificado SP; Sindipetro PR/SC; Sindipetro RS); CNE - Confederação Nacional dos Eletricitários - FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FURCEN - Federação dos Urbanitários do Centro Norte; FRUNE - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; FTUN - Federação dos Trabalhadores Interestadual Urbanitários do Norte; FSU - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo (FTIUESP); INTERCEL – Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina; INTERSUL – Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil; SINDIELETRO MG – Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais; STIU-DF – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Distrito Federal; SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis; SENGE PR – Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná; SENGE RJ - Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro; SINDUR – RO – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Rondônia; FTIUESP – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo; FISENGE - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; Senge PR; Senge RJ; Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.